

Jovens Agricultores #118

Revista Trimestral ABR|MAI|JUN| 2019 | Distribuição Gratuita

Associação dos Jovens Agricultores de Portugal

Diretor: Eduardo Almendra



**JOVENS AGRICULTORES,
JOVENS EMPRESÁRIOS RURAIS, AGRICULTORES
O FUTURO DA AGRICULTURA NACIONAL E EUROPEIA**



AJAP ULTRAPASSA AS 20.000 CANDIDATURAS AO PEDIDO ÚNICO

SENHORES AGRICULTORES: A AJAP AGRADECE A VOSSA CONFIANÇA

PARABÉNS ÀS NOSSAS ENTIDADES RECEPTORAS,
AO STAFF TÉCNICO DA AJAP
E COORDENAÇÃO DA SEDE DA ORGANIZAÇÃO

A AJAP, na presente Campanha, atingiu o maior número de sempre
de Pedidos Únicos submetidos.

Agradecemos também ao IFAP pela confiança no nosso trabalho.

4 EDITORIAL

DOSSIER CENTRAL

Jovens Agricultores | O Futuro da Agricultura Nacional e Europeia

- 5 *O desafio de ser Jovem Agricultor em Portugal*, por Patrícia Fonseca, Deputada à Assembleia da República pelo CDS-PP
- 6 *Uma política agrícola mais jovem!*, por Nuno Serra, Deputado à Assembleia da República pelo PSD
- 7 *Os Jovens Agricultores em Portugal e o Futuro da Agricultura Nacional*, por João Dias, Deputado à Assembleia da República pelo PCP
- 8 *O Futuro da Agricultura Nacional*, por João Castro, Deputado à Assembleia da República pelo PS
- 10 *Jovens Agricultores, o Futuro da Agricultura Nacional*, por Carlos Matias, Deputado à Assembleia da República pelo BE
- 11 *Uma nova política agrícola para uma Europa dos povos*, por Marisa Matias, Eurodeputada pelo BE
- 12 *Jovens agricultores. Quantos queremos ser?*, por João Ferreira, Eurodeputado pelo PCP
- 14 *A Agricultura como parte integrante do futuro da Europa*, por Pedro Marques, candidato ao Parlamento Europeu pelo PS
- 15 *Jovens Agricultores, o Futuro*, por Nuno Melo, Eurodeputado pelo CDS-PP
- 16 *O Futuro da Agricultura Europeia e Nacional*, por Álvaro Amaro, candidato a Membro do Parlamento Europeu nas listas do PPD/PSD

JOVEM AGRICULTOR

- 18 «Creio que temos que achar um equilíbrio na agricultura, de futuro», Néilson Fernandes
- 20 «O agricultor tem um papel fundamental no Mundo Rural», Nuno Cravinho

PARCEIROS AJAP

- 22 *Fóruns de Modernização da Agricultura / Parcerias de Sucesso*
Paulo Beça, Diretor de Marketing Estratégico do Crédito Agrícola

AJAP SOU EU

Jovens Agricultores, Jovens Empresários Rurais, Agricultores

- 24 «Portugal tem futuro para os todos os jovens que pretendam instalar-se como agricultores se tivermos as ferramentas certas em função da heterogeneidade das regiões que possuímos»,
Eduardo Almendra, Presidente da AJAP
- 26 «Esta nova PAC vem com certeza aumentar o grau de exigência sobre os agricultores, não pretendendo que saibam apenas produzir, mas sim compreender, conservar e conviver com o meio que os rodeia»,
Pedro Rei, Vice-Presidente da AJAP
- 28 «Um Jovem Agricultor com conhecimentos de contabilidade e gestão e bem informado, será o que melhor rentabiliza os fatores de produção utilizados», André Silva, Vice-Presidente da AJAP

ATUALIDADE

- 29 *Iniciativas de Sucesso*, Carlos Frutuosa, Presidente da Associação Portuguesa de Escolas Profissionais Agrícolas (APEPA)
- 30 *Governo regulamenta o procedimento relativo à atribuição do título Jovem Empresário Rural*
- 31 *AJAP realiza Ciclo de Seminários Jovem Empresário Rural*

EDITORIAL



A AJAP está uma vez mais de parabéns!

Terminou mais uma campanha ao Pedido Único. Permitam-me que felicite em primeiro lugar os agricultores que recorreram aos serviços da AJAP, distribuídos por todo o País, para realizar as suas candidaturas e por outro lado felicitar os técnicos das Entidade Recetoras, bem como, os técnicos da organização e a equipa de coordenação central na Sede, pelo excelente trabalho que, mais uma vez, realizaram em prol dos apoios a que os agricultores portugueses têm direito por estarmos inseridos na União Europeia. Agradeço igualmente ao IFAP a confiança que ao longo destes anos vem depositando na AJAP e nos serviços que prestamos por delegação de competências deste importante organismo do Ministério da Agricultura.

Permitam-me que partilhe convosco a enorme satisfação da direção da AJAP e de todos os corpos sociais pelo maior número que a AJAP alguma vez atingiu na sua história, **ultrapassámos as 20.000 candidaturas, ou seja 11% dos agricultores portugueses** que anualmente se candiditam a estas medidas.

Não posso enquanto Presidente esconder a enorme satisfação por este feito e mais uma vez apelar aos políticos para que a AJAP deixe de ser o patinho feio, comparado com as mordomias que as outras confederações possuem.

Tenho bem presente ao longo da nossa história de 36 anos, o que fomos e o que hoje somos, agradeço o esforço de muitos dirigentes, dos técnicos e administrativos da organização, das nossas Entidades Recetoras e acima de tudo pela carolice de muitos Agricultores e de muitos Jovens Agricultores que vestiram e vestem a camisola da AJAP.

NUNCA VENDEMOS A ALMA A QUALQUER PARTIDO POLÍTICO E MUITO MENOS A QUALQUER GOVERNO.

2019 não podia ter começado melhor, iniciou-se com a Publicação do Estatuto JER – Jovem Empresário Rural, em janeiro, e este facto representa o corolário de um esforço de 10 anos da AJAP, pela afirmação e reconhecimento do Jovem Empresário Rural, bem retratado na revista anterior da AJAP. Em relação a este número dei indicações enquanto diretor da revista “Jovens Agricultores”, para que os grandes protagonistas desta figura, fossem pela AJAP representados pelo atual Diretor geral e ex-presidente da AJAP, Engº. Firmino Cordeiro; pela organização que sempre acreditou que esse momento um dia ia chegar, refiro-me ao CA - Crédito Agrícola e ao seu Presidente, Engº. Licínio Pina e ao Sr. Ministro da Agricultura, Dr. Capoulas Santos, porque junto do seu governo conseguiu a aprovação e posterior publicação do estatuto do JER. Agra-

deço igualmente ao Secretário de Estado, Prof. Miguel Freitas, como a outras organizações e a muitos autarcas da faixa interior do país, que também sobre esta figura dignificaram o anterior número da nossa revista.

Tendo por base o ano eleitoral em curso, quero agradecer aos principais candidatos às eleições Europeias, bem como, aos deputados da Comissão Parlamentar da Agricultura por terem presenteado a AJAP neste número com as suas opiniões, que certamente representarão os partidos políticos, que muito respeitamos, aos quais estão ligados.

O futuro dos Jovens Agricultores, da agricultura Nacional e Europeia está em destaque nesta edição, ganhando expressão nos diversos artigos de opinião e nas entrevistas efetuadas. Enquanto Presidente da AJAP e como Jovem Agricultor, dei o meu testemunho nesta publicação, deixando um forte apelo à mudança.

Termino da forma como comecei, e deixo uma esperança que esta alegria que invade o mundo AJAP, 20 000 mil candidaturas, possa ser contagiante e dentro de alguns anos um outro presidente venha publicamente anunciar que este número foi dobrado.

Eduardo Almendra
Presidente da AJAP

Ficha Técnica

Propriedade e Edição AJAP-Associação dos Jovens Agricultores de Portugal | Rua D. Pedro V, 108, 2º - 1269-128 Lisboa

Direção Eduardo Almendra **Coordenação Editorial** Carolina Sousa

Redação AJAP-Associação dos Jovens Agricultores de Portugal | Rua D. Pedro V, 108, 2º - 1269-128 Lisboa

Secretariado Olga Leitão **Departamento Comercial** Carolina Sousa | comunicacao@ajap.pt

Paginação Miguel Inácio **Impressão** GMT Gráficos Lda | Rua João de Deus, 5-C, Venda Nova - 2700-486 Amadora

Depósito Legal nº 78606/94 **Registo de Título** nº 116714 **NIPC:** 501396934

Tiragem 10 000 Exemplares **Periodicidade** Trimestral

E-mail comunicacao@ajap.pt **URL** www.ajap.pt

Distribuição Gratuita

Estatuto Editorial consulte em www.ajap.pt

Com o apoio





O desafio de ser Jovem Agricultor em Portugal,

por Patrícia Fonseca, Deputada à Assembleia da República pelo CDS-PP

A população agrícola está muito envelhecida e por isso a renovação geracional é um objetivo não apenas de Portugal como em toda a União Europeia (UE). Mas é também verdade que hoje temos agricultores com muito mais formação do que há dez anos atrás, seja secundária, pós-secundária ou superior. E este fator reflete, na minha opinião, a resposta a uma atividade que tem hoje um grau de exigência, de conhecimento e de formação muito elevado.

As políticas - europeias e nacionais - têm assim de conseguir responder aos constrangimentos e aos desafios à ‘captação’ de jovens para a agricultura onde, como em todas as outras áreas da economia e mesmo na sociedade em geral, são atores fundamentais para um crescimento sustentado e sustentável. São dinâmicos, empreendedores, aportam inovação e são, na quase totalidade das vezes, para além de empresários agrícolas, também trabalhadores nas suas explorações.

Creio que serão quatro os principais constrangimentos com que os jovens agricultores se confrontam - logo em primeiro lugar, o decidir ser agricultor, depois o acesso à terra e o acesso ao crédito, e por fim conseguir ter condições de vida dignas.

Para dar resposta à primeira questão - como decidir ser agricultor? - temos de aprender a “comunicar agricultura” para mudar fortemente a imagem que a sociedade tem dos agricultores. Temos um mundo rural que ocupa dois terços do território, mas que está cada vez mais desertificado e que é por isso muitas vezes es-

quecido e desvalorizado na hora da tomada de decisões. E mudar isto passa pela educação e formação das crianças e jovens mostrando-lhes que se trata de uma atividade económica sustentável mas altamente tecnológica, onde a inteligência artificial, a mecanização e o conhecimento proporcionam hoje a estes agricultores o que as gerações anteriores nunca tiveram nem tão pouco julgavam possível vir a existir: tratores com GPS para uma sementeira precisa; drones que permitem detetar problemas circunscritos nas parcelas e drones que permitem a aplicação localizada de fitofármacos; *software’s* de gestão que permitem o conhecimento detalhado da produtividade de uma parcela ou qual o animal melhor reprodutor. Enfim, mais técnica e mais tecnologia.

O acesso à terra é muitas vezes uma dificuldade, pelo que creio que temos de criar medidas de discriminação positiva, para quem compra e para quem vende ou arrenda, como isenção de IMT nas transações de terras para jovens que se instalem, isenções temporárias de IMI ou benefícios a quem venda ou arrende essas terras aos jovens.

O acesso ao crédito tem também de ser repensado. Os jovens agricultores não têm garantias reais para dar pelo que o seu acesso ao crédito está muito mais dificultado e os modelos existentes não dão a resposta necessária. E, porque queremos que os jovens não apenas se instalem, mas mantenham a sua atividade por largos anos, é necessária uma análise rigorosa do risco de investimento e, porque não, voltar a ligar o prémio de primeira

instalação ao valor do investimento, partindo de um valor base de referência? Serviria para complementar o autofinanciamento dos jovens.

Para captar jovens para o setor é ainda necessário garantir um adequado nível de rendimento, um regime de seguros que verdadeiramente responda aos problemas dos agricultores e um regime fiscal favorável (o CDS tem defendido a criação de um estatuto fiscal para o interior) pelo que acredito na multifuncionalidade e diversificação das atividades subjacentes ao conceito de Jovem Empresário Rural que a AJAP tanto tem defendido e que é um estímulo ao empreendedorismo jovem no mundo rural. Mas são também necessários outros fatores como as simples (mas essenciais a qualquer empresa) internet e rede de telemóvel que ainda tanto falham no interior, a agilização do financiamento (projeto) que não pode durar meses, anos, para ver aprovado.

A concluir, diria que são imensos e enormes os desafios que se colocam aos jovens agricultores e a todos os que vivem no mundo rural, com a crise identitária que vivemos atualmente, com uma sociedade urbana que julga valorizar o campo mas que não o percebe e o ataca; mas são também imensas e enormes as alegrias e a realização pessoal de quem envereda por esta nobre atividade que é cada vez mais ambientalmente sustentável e tecnologicamente evoluída, garante a manutenção do território e permite que tenhamos alimentos de qualidade e a preços acessíveis todos os dias nas nossas mesas.



Uma política agrícola mais jovem!

por Nuno Serra, Deputado à Assembleia da República pelo PSD

A renovação geracional é uma das maiores preocupações do setor agrícola, aliás bem patente na discussão sobre o futuro da PAC.

Neste sentido, a primeira questão que me surge, é como é que o setor pode ser atrativo o suficiente para motivar os jovens a serem agricultores?

Essa atratividade passa, em primeiro lugar pela garantia de que o complexo agroflorestal é um espaço dinâmico, capaz de gerar rendimento líquido aos produtores e com perspetivas de futuro, para um jovem desenvolver a sua atividade profissional.

Tenho afirmado, repetidamente, que Portugal necessita urgentemente de uma **Estratégia Nacional para a Política Agrícola**. Deve ser uma prioridade para o Governo Português, conjuntamente com os principais atores do setor, criar um documento que aclare a perspetiva do que se espera do setor agrícola ao longo do nosso território e durante o período de cada Quadro Comunitário. Onde cada investidor, em especial os jovens que iniciam a sua atividade, possa planear, coerente com os apoios do Estado e as políticas públicas, o seu futuro como produtor agrícola.

A meu ver, no caso dos jovens agricultores, é necessária uma estratégia integrada de políticas públicas, que crie fatores de atratividade suficientes para captar novos produtores agrícolas. Para tal, defendo que as políticas públicas têm de assentar na regra dos 4A:

- Acesso à terra;
- Acesso ao financiamento;
- Acesso ao mercado;
- Acesso ao apoio técnico.

Garantir o **acesso à terra** de uma forma sustentada e a preços justos, para quem quer iniciar a sua atividade agrícola, deve merecer uma atenção especial por parte das políticas públicas. Já hoje existem instrumentos estatais, como a bolsa de terras, que promove o cultivo de terras abandonadas, mas não é suficiente. É necessário, através de apoios financeiros ao arrendamento, que os custos de acesso à terra não sejam impeditivos para que um jovem inicie a produção.

Por outro lado, para arrancar com um projeto agrícola é necessário ter liquidez inicial ou **acesso a financiamento**, algo que um jovem, sem histórico de atividade profissional ou empresarial, raramente tem. Por essa mesma razão é imperativo que existam, por parte do Estado, instrumentos financeiros que funcionem como garantias nas instituições financeiras para disponibilização de crédito a estes jovens, assim como a possibilidade de, dentro do financiamento comunitário aos jovens agricultores, exista uma medida que permita o adiantamento do dinheiro para o investimento inicial.

E depois de ter terra e dinheiro, basta apenas produzir? Não só. É preciso vender, garantir o escoamento do produto. E, para quem começa a atividade agrícola, em pequena escala

e sem conhecer os veículos de escoamento, o **acesso ao mercado** é um fator decisivo para o sucesso de um projeto. O incentivo às organizações de produtores, essenciais neste aspeto; a dinamização de mercados locais de proximidade; a sensibilização da grande distribuição para um olhar mais atento a estes jovens produtores, são algumas das medidas de avultada importância na sustentabilidade dos projetos dos jovens agricultores.

Contudo, no mundo global de hoje, extremamente competitivo, onde todos os pormenores contam, por exemplo, questões relacionadas com a gestão, com o *marketing*, com as relações contratuais são temas com que os agricultores têm de se confrontar diariamente. Assim, para garantir o sucesso da instalação de novos agricultores é imprescindível também garantir o acesso a um **apoio técnico**.

Independentemente de ser financiado com fundos comunitários ou com verbas do orçamento do Estado, Portugal precisa de uma política que torne o setor agrícola atrativo para novos ou jovens agricultores que abranja estas multifuncionalidades. Uma política que possibilite os novos e jovens agricultores responder às solicitações do mercado, tornando-os empresários de sucesso que continuem a dinamizar a atividade agrícola e consequentemente o mundo rural, numa época em que a sociedade está cada vez afastada da vivência do campo e da ruralidade.



Os Jovens Agricultores em Portugal e o Futuro da Agricultura Nacional, por João Dias, Deputado à Assembleia da República pelo PCP

O tipo de agricultura praticado em Portugal alterou-se significativamente, principalmente a partir das últimas décadas do século XX. Para tal muito contribuiu a Política Agrícola Comum (PAC), que promoveu um modelo de produção intensiva e superintensiva e de cariz exportador.

“O lobo com pele de cordeiro” que foi a integração na CEE, posteriormente, União Europeia (EU), apenas serviu para disfarçar as graves consequências do duro confronto entre uma agricultura acabada de sair de uma ditadura de mais de 40 anos com fraca incorporação tecnológica e uma agricultura dos países do norte da Europa com um desenvolvimento agrícola e tecnológico bastante superior ao nosso e com uma capacidade de produção elevadíssima resultante da incorporação de tecnologia. Sofremos as mais que, desde sempre, evidentes consequências da entrada da então CEE em Portugal e dos apoios milionários para condicionar a produção agrícola, para não se produzir, para não mobilizar as terras! Traduzindo-se no abandono das explorações agrícolas, deixando produtores nacionais na miséria.

Portugal, sempre submisso à UE e à PAC, mas também por vontade própria, tem eliminado os mecanismos de regulação dos mercados, em que o fim das cotas leiteiras é o mais claro exemplo, criando cada vez maiores dificuldades aos pequenos e médios agricultores, facilitando a especulação dos custos dos fatores de produção, levando à baixa dos rendimentos de quem trabalha a terra,

permitindo a florestação de terras de uso agrícola para satisfação dos interesses da indústria da celulose, arruinando pequenos e médios agricultores por novas e mais pesadas exigências fiscais, novas regras restritivas para produzir e aceder às ajudas.

Sempre o dissemos e continuamos a dizer que a situação atual dos jovens agricultores, não pode ser separada da PAC e dos seus fundamentos. Temos que pôr em causa o sistema de ajudas desligadas da produção, que paga ao hectare sem produzir, e que permanecerá no quadro da próxima PAC 2030, ou que promove os biocombustíveis inflacionando o preço dos terrenos.

Falar dos jovens agricultores portugueses e do futuro da agricultura nacional não pode ser separado de uma PAC que levou a que em Portugal, atualmente, apenas 2,5% dos agricultores tenham menos de 35 anos. Por outro lado, metade dos agricultores têm mais de 50 anos. Foram os mais de 30 anos de PAC que, promovendo um enorme envelhecimento dos agricultores, teve como consequência o encerramento de centenas de milhares de explorações, destruição de centenas de milhares de postos de trabalho agrícola, contribuindo decisivamente para o crescimento do nosso défice agroalimentar.

Não podemos falar do futuro da agricultura nacional e dos jovens agricultores em Portugal sem abordar o problema do acesso à terra. Há

mesmo uma questão que não podemos deixar de colocar - que possibilidades têm os jovens agricultores, que não sejam descendentes de agricultores, de se estabelecer nesta atividade? Em nosso entender, tudo se conduz para um aumento da concentração da propriedade, onde aos jovens agricultores será cada vez mais difícil aceder à terra. Portanto, muito há a fazer, desde logo, uma outra política que implemente medidas de garantam preços justos à produção por forma a remunerar dignamente o agricultor. Então sim, teremos provavelmente jovens a investir na agricultura, a trabalhar a Terra!

Claro que os apoios devem ser orientados para conseguir promover uma eficaz renovação das gerações. A verdade é que, atualmente, tanto no primeiro como no segundo pilar, não existe uma estratégia específica que vise responder às necessidades prementes dos jovens agricultores. Daí que é preocupante a mortandade de explorações de jovens apoiados após os cinco anos de obrigatoriedade de manutenção da exploração. São cada vez menos aqueles que permanecem na atividade por subsistir um conjunto de problemas como a falta de programas de acompanhamento aos jovens que se instalaram, ou a falta de redes de proximidade de escoamento de produtos.

É cada vez mais claro que a instalação de jovens agricultores, em Portugal e com esta PAC, não é o paraíso!



O Futuro da Agricultura Nacional,

por João Castro, Deputado à Assembleia da República pelo PS

O convite para escrever um pequeno apontamento para a Revista da Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (AJAP) representa uma honra, a que tenho muito gosto em tentar corresponder, encerrando em si mesmo, uma responsabilidade acrescida:

Uma honra porque, enquanto Deputado eleito pelos Açores, o tema dos jovens na agricultura assume um evidente interesse. Por outro lado, pelas funções de coordenação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GPPS) na Comissão de Agricultura e Mar (CAM), face à responsabilidade do trabalho que, ao longo destas 4 sessões legislativas, direcionado para o setor agrícola em Portugal. Neste contexto não podemos deixar de referir as iniciativas, já discutidas ou ainda em curso na CAM, que pela sua importância e significado, se destacam: Projetos de Lei tão diversos como a Restauração da Casa do Douro ou o Regime de Apoio à Agricultura Familiar; Projetos de Resolução sobre as mais diversas temáticas como ambiente, produtos fitofarmacêuticos e veterinários, incêndios, combate a pragas, caça, OGM ou rotulagem de alimentos; Grupos de Trabalho como o Grupo de Trabalho do Setor Leiteiro ou Grupo de Trabalho do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas; Petições submetidas por cidadãos com assuntos tão diversos como incêndios, proteção dos animais ou defesa da tauromaquia. Para além destas atribuições, a CAM efetua, também, Audições Regimentais aos

membros do Governo - Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e Ministra do Mar – ou Audições Requeridas pelos Grupos Parlamentares e aprovadas em Comissão, como foram as Audições aos Ministros da Administração Interna ou ao Ministro do Planeamento e Infraestruturas Pedro Marques.

Uma responsabilidade pela oportunidade de nos dirigirmos ao futuro da agricultura – aos jovens agricultores – e aos seus representantes. Mas não quero reduzir a análise aos agricultores e aos jovens: não bastam estas condições para se ser aquilo que representa o jovem agricultor: aqui o todo é bem superior à soma das partes. Ser jovem agricultor é ter uma visão de futuro, é ter a responsabilidade de produzir alimentos de qualidade, seguros, cumprindo as regras de segurança alimentar e de respeito pelo bem-estar animal, é contribuir diariamente para preservação da paisagem, é zelar pela manutenção da memória coletiva do mundo rural e dos seus princípios de sustentabilidade. Para além disso, é ter uma atitude empresarial, de antecipação de problemas e de procura e aplicação de soluções, é sentir a necessidade permanente de aquisição de conhecimentos e de troca de experiências, é pesquisar, experimentar, inovar, é ser o elo principal na difusão de ideias e de conhecimentos.

Para o êxito da atividade agrícola, para além das medidas previstas no PDR 2020 – as específicas para os Jovens Agricultores e as medidas

“gerais” - que me eximo de referir, cumpre-me realçar alguns factos que denotam a importância que os jovens agricultores têm merecido do atual governo, que desde a sua entrada em funções, já aprovou mais de 3.000 projetos de Jovens Agricultores. Estes projetos propõem realizar um investimento total de cerca de 830 milhões de euros, tendo já sido atribuídos 430 milhões de euros de apoios públicos a fundo perdido, montante que inclui o prémio à primeira instalação e o apoio ao investimento na exploração.

Foi, também, aprovado por este Governo, o Estatuto do Jovem Empresário Rural, uma reivindicação antiga que permitirá aos Jovens Agricultores beneficiar de novos incentivos e de medidas de discriminação positiva. Alguns poderão ainda beneficiar igualmente do Estatuto da Agricultura Familiar, igualmente criado por este Governo. O cruzamento desta tripla condição poderá criar, para este segmento de agricultores, condições únicas de acesso a fundos comunitários e a outro tipo de apoios públicos.

Sobre o Desenvolvimento da agricultura de regadio, de que o Alqueva é um exemplo quer pela adesão dos agricultores quer pelo desenvolvimento regional proporcionado, o Governo avançou com o Programa Nacional de Regadios, que contará com um investimento público de 560 milhões de euros na criação de 100 mil hectares de novo regadio até 2023.



Mas não basta ter condições para produzir, é necessário ter onde vender, ter mercado. Nesse sentido este Governo tem feito um esforço notável na abertura de novos mercados: 53 mercados, para 201 produtos (155 da área animal e 46 de origem vegetal). Neste momento, o Ministério da Agricultura está a trabalhar de forma

intensa na abertura de 58 mercados, para viabilização da exportação de 274 produtos, sendo 223 da área animal e 51 da área vegetal.

Para concluir estas linhas quero, ainda, deixar uma nota de congratulação pela forma empenhada como a AJAP - Associação dos Jovens Agricultores

de Portugal, de uma forma determinada, mas responsável, defende os seus associados e contribui para o desenvolvimento sustentado de Portugal.

Votos de bom trabalho! Com muita e boa agricultura!



Jovens Agricultores, o Futuro da Agricultura Nacional,

por Carlos Matias, Deputado à Assembleia da República pelo BE

Os Jovens Agricultores têm um papel essencial no aumento da produtividade da agricultura portuguesa. Contribuem ainda para contrariar o despovoamento do interior e para uma gestão do território que trave a desertificação em áreas significativas.

Muitos jovens acorreram aos avisos do PRODER e agora do PDR2020. Muitos, por primeira opção, correspondendo a uma vocação ou a uma necessidade de dar continuidade a explorações familiares. Outros porque a agricultura se lhes apresentou como única alternativa ao desemprego ou à emigração.

Está por apurar a taxa de desistência destes jovens e por perceber as razões do abandono. Só um estudo detalhado sobre as causas do abandono permitirá compreender as suas razões. Mais do que isso, só esse conhecimento permitirá desenhar políticas mais adequadas à instalação e fixação de Jovens Agricultores, nomeadamente nas regiões de pequena propriedade.

O Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas (IEEA 2016) contabilizou 259 mil explorações, menos 5,4 mil explorações do que em 2013 e menos 46,3 mil do que em 2009.

O abandono da atividade agrícola ocorreu maioritariamente nas pequenas explorações. Tal leva a crer que a saída de jovens da agricultura após o período de compromisso com a entidade financiadora não significa necessariamente o encerramento da exploração, mas a sua passagem para ou-

tros titulares, muitas vezes familiares. As explorações agrícolas ocupam uma superfície de 4,6 milhões de hectares, o que corresponde a cerca de metade do território nacional. A Superfície Agrícola Utilizada (SAU) representa 78,1% da superfície total das explorações agrícolas, seguida dos matos e povoamentos florestais sem aproveitamento agrícola (18,0%). A Superfície Agrícola Não Utilizada (SANU) das explorações (área com potencial agrícola, mas que não está a ser utilizada) ocupa 2,1% da superfície das explorações.

Estes números demonstram bem a importância dos agricultores na gestão do território e a sua relação com a desertificação e a gestão de recursos naturais.

Os 527,5 mil indivíduos da população agrícola familiar que trabalharam na atividade agrícola das explorações em 2016 (-19,8% do que 2009) representam 84,0% do total, sendo que apenas 13,9% trabalharam a tempo completo. Uma parte significativa da população agrícola familiar (28,2%) exerceu atividades não relacionadas com a exploração agrícola.

Impõe-se uma reflexão sobre a relação entre a manutenção das populações no interior rural e uma oferta de emprego no sector secundário e terciário, que permita rendimentos complementares aos provenientes da agricultura. E há que perceber a relação entre o despovoamento do interior e o encerramento e a degradação da qualidade dos serviços públicos.

Finalmente, refira-se a importância crescente de termos no nosso país uma agricultura moderna e que contribua para um sistema alimentar sustentável, assegurando uma boa gestão dos recursos naturais.

A agricultura portuguesa é pouco produtiva quando comparada com a média da UE 28. Em 2013, a produtividade média da mão-de-obra agrícola na UE 28 foi de 34,8 mil euros de Valor de Produção Padrão Total da exploração (VPPT) por Unidade de Trabalho Ano (UTA), mais do dobro do valor alcançado em Portugal em 2016. Os dirigentes das explorações em Portugal são os mais velhos da UE 28.

O rejuvenescimento da população agrícola é a melhor forma de melhorar estes indicadores.

A crescente valorização da produção agrícola de proximidade, reduzindo a pegada ecológica, poderá criar novas oportunidades a jovens, mais apetrechados com conhecimentos técnicos e de gestão. A recente aprovação pelo Parlamento que de uma Lei que dá prioridade ao consumo de produtos locais é um primeiro passo nesse sentido.

Genericamente, são precisas políticas integradas de apoio ao investimento promovido por Jovens Agricultores nas explorações agrícolas. Precisamos de apoios específicos para a instalação com qualidade de vida, ou seja, para habitação, sistema de seguros adequados, organização de produtores e acesso aos mercados.



Uma nova política agrícola para uma Europa dos povos,

por Marisa Matias, Eurodeputada pelo BE

Há demasiado tempo que a política agrícola da União Europeia tem promovido a destruição dos pequenos agricultores e tem defendido um modelo de sobre-exploração, exportações e produção em massa a qualquer preço. Este modelo não é adequado para o futuro. Defendemos uma inversão de marcha em direção a uma agricultura à escala humana na União Europeia. De facto, a política agrícola europeia empobreceu os agricultores, trouxe-lhes a precariedade e a instabilidade como único horizonte possível. Para nós, todos os agricultores devem poder receber um salário decente para si e para a sua família.

Além disso, a política agrícola europeia tem promovido uma agricultura baseada na utilização de pesticidas tóxicos. Nós comprometemo-nos na luta por políticas públicas que protejam a saúde de todos os agricultores e de todos os cidadãos de pesticidas nefastos que põem em causa as suas vidas, envenenam as pessoas, poluem os solos e destroem a biodiversidade.

Porque todos nós queremos que os nossos agricultores tenham uma vida decente, e queremos ter acesso a produtos benéficos para a nossa saúde e adequados ao nosso planeta, decidimos agir em conjunto e propor uma política agrícola que tenha em conta os agricultores, as pessoas e o planeta.

A Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu está a trabalhar, desde a semana passada, nas propostas de alteração à reforma da PAC a partir de 2020, proposta pela Comissão Europeia. A proposta comum

sobre a PAC, assinada por estes movimentos e partidos políticos, que fazem parte do Agora, o Povo! transcende as exigências específicas de cada um dos Estados-Membros que representamos e permite-nos colocar o debate onde ele deve estar: na soberania alimentar, numa economia com uma escala humana, no direito à saúde, à justiça social e ambiental e na igualdade de oportunidades entre homens e mulheres por toda a Europa.

Esta reforma da PAC é uma grande oportunidade, se soubermos tirar vantagem do contexto atual. Não podemos esquecer que esta é a primeira política pública comum e a mais emblemática. De facto, até hoje, a PAC absorveu quase 40% do total do orçamento da União Europeia.

A PAC foi criada para assegurar a autossuficiência dos principais produtos agrícolas na Europa e também para compatibilizar isso com rendimentos adequados para quem trabalhava a terra. Contudo, a União Europeia tem muito pouco a ver com esses objetivos iniciais.

Décadas e décadas de reformas da PAC foram sempre feitas na senda de uma opção pelo ultraliberalismo, marcado pelas políticas de comércio, e que levou a modelos de produção insustentáveis, desequilíbrios territoriais, paradoxos de uma burocracia que ignora a realidade da terra e que serve para o enriquecimento de uns poucos e para a ruína de muitos pequenos produtores.

Acreditamos que chegou a hora de colocar o direito à alimentação e a via para a soberania alimentar no

centro da PAC. Precisamos de dar passos muito firmes na direção da transição ecológica do modelo de produção, transformação e distribuição dos alimentos.

É, portanto, imperativo ir à raiz dos problemas e estabelecer políticas de regulação do mercado de modo a assegurar por um lado que os que produzem os alimentos não ficam desprotegidos e, por outro, deixar de enriquecer os que distribuem esses mesmos alimentos.

A Europa não pode continuar no caminho dos acordos de livre comércio e não pode continuar a substituir políticas públicas pela promoção de regimes privados de seguros agrícolas. A PAC deve procurar cumprir os objetivos de bem comum e deverá ser a força motriz na luta contra as alterações climáticas.

Esta reforma não diz respeito apenas a quem trabalha a terra e produz o que comemos, mas diz respeito a toda a sociedade. Proteger os nossos agricultores e criadores de gado é essencial porque afinal são eles que alimentam a população.

Assim, a PAC que queremos tem que ser construída tendo por base uma vivência no meio rural e um modelo agrícola familiar, social e viável, que seja sustentável e ligado à terra. Só desse modo fortaleceremos a sua legitimidade social, a qual será a melhor garantia para o seu futuro.

Artigo assinado pelas eurodeputadas Estefanía Torres (Podemos, Estado Espanhol), Marisa Matias, (Bloco de Esquerda, Portugal) e pelo eurodeputado Younous Omarjee, (France Insoumise, França).



Jovens agricultores. Quantos queremos ser?,

por João Ferreira, Eurodeputado pelo PCP

Portugal tem os agricultores mais envelhecidos da União Europeia (UE): 65 anos é a idade média, um número (como outros) que não é obra do acaso.

O impacto das políticas comuns da União Europeia, como a Política Agrícola Comum (PAC), do Mercado Único e sobretudo da adesão ao Euro, a par da política de direita dos sucessivos governos, intensificaram a dependência nacional nos setores estratégicos.

Na balança agroalimentar, o défice é de 3.000 milhões de euros.

A União Europeia e as suas políticas, em grande medida, comprometem a soberania nacional, o direito de cada país a produzir, o direito ao progresso, ao desenvolvimento e à dignidade na vida e no trabalho. Tal representa um inegável confronto com a Constituição da República Portuguesa e os valores da Revolução de Abril nela acolhidos.

A PAC e as suas sucessivas reformas, de pendor liberalizante, criaram dificuldades crescentes aos nossos agricultores. É a tecnocracia ao serviço da concentração do capital (terra), com os apoios desligados da produção e a eliminação dos mecanismos de controlo da produção e dos mercados, que condenam milhares de pequenas e médias explorações. Foram 400 mil as que fecharam portas nas últimas três décadas. O PDR

2020, ainda em desenvolvimento, é cemitério de muitos projetos de jovens agricultores, pelos atrasos, pela burocracia, pelas imposições esdrúxulas. Os milhões anunciados são muitos, mas o acesso, e, principalmente, a manutenção da atividade pós-projeto são residuais. A mortalidade dos projetos de primeira instalação, após os primeiros 5 anos, é tão grande que não há números oficiais.

As negociações para o Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027, que poderiam ser uma oportunidade de mudança, não auguram esses ventos. A proposta da Comissão Europeia não privilegia a inclusão dos jovens que querem produzir, trabalhar a terra e fazer avançar o País. Pelo contrário, acentua a canalização dos menores recursos disponíveis para o grande agronegócio. Os cortes no orçamento da PAC afetam principalmente o 2º Pilar e, logo, o apoio à instalação de jovens agricultores. Dinheiro que vai ser gasto no aumento significativo dos apoios à indústria do armamento e da guerra, no militarismo. Os Deputados do PCP no Parlamento Europeu recusaram a proposta da Comissão Europeia e apresentaram alternativas. Esta proposta não responde às necessidades dos jovens e do país. A renacionalização da PAC (na verdade, a renacionalização dos seus custos) agrava a diferença entre países.

Os eleitos da CDU, seja no Parlamento Europeu (26 de maio) ou na

Assembleia da República (6 de outubro), têm por certo que o projeto de futuro que defendem passa pela afirmação soberana do direito do país ao seu desenvolvimento. Pôr Portugal a produzir com um modelo agrícola que respeite as populações e os trabalhadores, os produtos autóctones e as tradições, o território e os recursos naturais. Avançar com modos de produção, comercialização e consumo mais sustentáveis, necessariamente com o apoio à Agricultura Familiar. Garantir preços justos à produção, questão central para agarrar jovens à agricultura.

Defendemos o pleno aproveitamento das nossas potencialidades, através do reforço do investimento público, da modernização e da sustentabilidade. Por isso, defendemos:

- O fim das desigualdades na distribuição dos pagamentos da PAC entre países, produções e produtores, e o reforço do plafonamento e da modulação;
- Um programa de defesa dos setores produtivos e do emprego nos países mais prejudicados pela União Económica e Monetária, o Mercado Único e as políticas comuns da UE;
- Apoio facilitado no acesso à terra e ao crédito aos jovens e à Agricultura Familiar;

- Apoio às micro, pequenas e médias empresas, ao setor cooperativo, a investimentos públicos nas infraestruturas de apoio à produção;
 - A reinstituição e garantia dos mecanismos de regulação da produção e dos mercados;
 - A criação do princípio da preferência nacional, relativa a importações (UE e outros), nos países, como Portugal, com défices no plano agroalimentar;
 - A reposição de serviços públicos de qualidade e proximidade no mundo rural. Sem escolas, sem centros de saúde ou sem direções regionais de agricultura, não há o rejuvenescimento da agricultura e do mundo rural que efetivamente tenha sucesso.
- A atual solução política nacional permitiu impedir mais retrocessos, reverter alguns e avançar, na resposta a problemas do povo e do país. Mas é preciso mais, sobretudo no

mundo rural. Mais investimento, mais apoios aos agricultores, mais infraestruturas, mais serviços públicos, mais combate às assimetrias regionais. A solução não é andar para trás, nem ficar parado, sem responder aos problemas. A solução é avançar. E esse é o melhor contributo que podemos dar também à construção de uma outra Europa. Uma Europa dos Povos e solidária, de Estados soberanos e iguais em direitos, de Paz e cooperação.





A Agricultura como parte integrante do futuro da Europa, por Pedro Marques, candidato ao Parlamento Europeu pelo PS

Desde a sua génese, a Política Agrícola Comum (PAC) tem sido determinante na construção do Projeto Europeu. Hoje, a PAC é fundamental para manter os alimentos a preços acessíveis ao consumidor, garantir padrões avançados de segurança alimentar e, não menos importante, dinamizar o espaço rural europeu.

O PS defende uma PAC financeiramente robusta, capaz de continuar a apoiar a ação e o trabalho dos nossos agricultores, e garantir as condições necessárias para que o setor se mantenha atrativo e com capacidade para fixar jovens.

A valorização do mundo rural português passa, a nosso ver, pelo assegurar do reconhecimento e da projeção que a nossa Agricultura merece, pelo reforço da sua capacidade exportadora e por uma melhor e mais justa distribuição de rendimentos dentro das várias fileiras produtivas, de modo a que os mais jovens se sintam estimulados a procurarem um futuro estável e bem-sucedido no setor.

É, por isso, fundamental fomentar medidas que facilitem o acesso à terra por parte dos jovens, que melhorem a transferência de conhecimento entre os mais experientes e os que se iniciam na atividade, e permitam desenvolver planos de sucessão entre familiares.

Realisticamente, temos também uma noção muito clara dos desafios atuais e futuros da atividade agrícola. O investimento em investigação e inovação, aplicadas ao setor agrícola, o desenvolvimento da bioeconomia,

o fomento de medidas de combate às alterações climáticas, a articulação entre a produção eficiente e a sustentabilidade ambiental, são alguns dos desafios que a Agricultura Europeia tem de enfrentar, fundada, em boa medida, no acréscimo de competências que os jovens produtores trazem ao setor.

Obviamente que os jovens apenas podem considerar enveredar pela Agricultura se as expectativas de rentabilidade e estabilidade forem sólidas.

Por isso, não aceitamos nem nos resignamos a que a Comissão Europeia apresente uma proposta para a PAC pós-2020 que se afirma mais ambiciosa e mais abrangente, mas que, na prática, vem acompanhada de um corte de verbas.

O PS defende uma Agricultura geradora de valor em toda a cadeia, com preços justos e uma distribuição equitativa de rendimento entre a produção, a transformação e a comercialização, para que possamos ter um tecido produtivo forte, capaz de se rejuvenescer e de manter a certificação e o reconhecimento que a nossa Agricultura tem sido capaz de gerar.

Para o PS, a PAC pós-2020 deve assegurar o futuro da nossa Agricultura e o desenvolvimento das nossas zonas rurais, reestruturando as ajudas atribuídas no âmbito do Primeiro Pilar, promovendo uma maior equidade entre Estados-Membros, cumprindo o princípio da Coesão e protegendo os rendimentos agrícolas da instabilidade dos mercados.

No Segundo Pilar, o Partido Socialista defende uma política de desenvolvimento rural que combata a desertificação do meio rural e promova a sustentabilidade do setor agroflorestal, criando condições de atratividade.

A Agricultura em Portugal tem atingido excelentes resultados ao longo dos últimos anos. Temos um setor agrícola moderno, capaz e de alta qualidade, que soube alcançar um estatuto que o distingue no panorama europeu pelo que produz e, sobretudo, pela forma como produz. Continuar a trilhar esse caminho exige uma aposta forte no rejuvenescimento do tecido produtivo, de modo a imprimir no setor uma ambição renovada.

Saudamos, por isso, o que tem sido feito no plano nacional, através do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR 2020), na promoção do investimento, no apoio à aquisição de conhecimentos e na participação nos mercados.

É nesse sentido que pretendemos continuar a trabalhar, ao longo dos próximos cinco anos, para que os jovens agricultores portugueses se sintam cada vez mais entusiasmados, confiantes e ambiciosos.

A Agricultura é um dos eixos fundamentais da nossa identidade enquanto país, mas isso não a torna necessariamente uma atividade do passado. Tem um presente pujante e integra a nossa ideia de futuro. Rejuvenescida, fortalecida e ainda mais ambiciosa.



Jovens Agricultores, o Futuro,

por Nuno Melo, Eurodeputado pelo CDS-PP

A agricultura e em particular as políticas relacionadas com os jovens agricultores, foram sempre prioridades dos meus mandatos como eurodeputado. De resto, fui durante o que agora finda e durante muito tempo, o único membro efetivo na Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural, no Parlamento Europeu.

São várias as iniciativas dentro e fora de portas desta instituição por mim promovidas, em relação ao setor. Uma, particularmente emblemática, desenvolvida durante 6 edições em parceria com a CAP, chama-se “O Melhor de Portugal”, transformada na maior ação de promoção do sector agroalimentar nacional na Bélgica, juntando num fim-de-semana, todos os anos, mais de 30.000 visitantes no parque Cinquentenário, em Bruxelas, tendo contado com a participação institucional de várias individualidades, com destaque para o Exmo. Sr. Presidente da República Portuguesa, Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, dos então ministros dos Negócios Estrangeiros, Dr. Paulo Portas, da Agricultura Dr.^a Assunção Cristas e do Comissário da Agricultura Phil Hogan.

A renovação geracional na agricultura é realmente uma das principais prioridades dos nossos tempos. Por isso lutei e fui nomeado relator do PPE no relatório sobre a Aplicação dos instrumentos da PAC a favor dos Jovens Agricultores da UE após a reforma de 2013.

Neste instrumento tive a oportunidade de apresentar várias alterações ao referido relatório que previa entre outras medidas:

- Novas formas de cedência de terras aos jovens agricultores, seja por intermédio de “bolsas de terras” ou outros instrumentos;
- Assegurar as mesmas condições que são dadas aos jovens das zonas urbanas, aos jovens das zonas rurais, de forma a evitar a discriminação e o abandono dessas referidas zonas. A este propósito damos especial destaque ao acesso à banda larga, acesso à saúde, à educação e a melhores vias de comunicação;
- Dar mais e melhor formação profissional, adequada aos novos desafios com que os jovens agricultores são confrontados;
- Assegurar mais apoios para a inovação e para as novas tecnologias ao dispor dos jovens agricultores;
- A criação de um programa à semelhança do Erasmus, dando especial ênfase à troca de experiências entre jovens agricultores dos diferentes Estados-membros;
- A importância de apoios aos jovens agricultores que desejem introduzir técnicas e processos de produção inovadores como a agricultura de precisão e de conservação, destinados a melhorar a rentabilidade dos jovens agricultores e a sustentabilidade ambiental do setor agrícola;

Se pensarmos que cerca de 50% da população da UE vive em zonas rurais, então temos de deixar bem claro que são urgentes e muito necessárias todas as medidas que possam combater o êxodo rural. O setor agrícola em Portugal é muitas vezes relegado para segundo plano, mas mesmo no

período de assistência financeira a Portugal, este setor foi dos que mais emprego criou e fixou as populações nos meios rurais.

Com o anterior governo o sector agrícola e os jovens agricultores viram os seus projetos aprovados em tempo útil e os regulamentos simplificados, numa lógica absolutamente estratégica. Com o atual governo este quadro inverteu-se. Temos uma baixíssima execução dos fundos comunitários e milhares de projetos que não são aprovados.

Ao CDS preocupa perceber que o abandono das zonas rurais e o envelhecimento da população agrícola têm sido crescentes.

No que de mim dependa, a agricultura e os jovens agricultores portugueses terão sempre o meu total apoio e reconhecimento. Com o meu trabalho no Parlamento Europeu espero sinceramente poder continuar a contribuir para um futuro mais risonho dos jovens agricultores da UE.

É que sem jovens agricultores o futuro da agricultura europeia e o sucesso do Projeto Europeu ficará inevitavelmente em risco.

As eleições europeias de 26 de maio serão decisivas para o futuro do setor agrícola português e europeu.

Por isso lhes peço apoio e que me deem mais força, para continuar a ser uma voz relevante na defesa dos seus interesses.

Contem comigo!



O Futuro da Agricultura Europeia e Nacional,

por Álvaro Amaro, Candidato a Membro do Parlamento Europeu nas listas do PPD/PSD

O futuro da Agricultura Europeia (entendida em termos latos) será, inevitavelmente 'mais verde' e terá que ser mais jovem, mais eficiente, tecnologicamente mais inovador, mais 'territorializado', com um nível elevado de exigências por parte do mercado (e muito concretamente dos consumidores) e sujeita a regras comuns de forma a garantir os mais elevados padrões de segurança alimentar à escala global.

Um futuro 'mais verde' significa produções mais ecológicas e mais amigas do ambiente e dos animais. Esta não é somente uma necessidade europeia ou portuguesa - clamada numa forma bastante vigorosa pelas novas gerações nos últimos meses, mas um desígnio mundial que terá que ser corporizado, não só no âmbito da ONU, mas por todos os Países, Instituições e por cada um de nós, de forma a poder deixar às gerações vindouras um planeta viável, biodiverso e sustentável em termos agrícolas e ambientais.

A Agricultura Europeia terá que ser, inevitavelmente, mais jovem. Caso contrário, a União Europeia (UE) arriscar-se-ia a debilitar de forma permanente um Setor Estratégico e insubstituível. Em 2016 apenas 5,1% dos nossos agricultores tinham menos de 35 anos, sendo que 58% possuíam mais de 55 anos e 33%, mesmo mais de 65. Não é sustentável e é preciso contrariar esta tendência usando políticas públicas ambiciosas. E daí a necessidade de criar, apoiar e promover medidas direcionadas aos jovens agricultores e aos 'novos

entrantes', quer a nível europeu, quer a nível nacional. Os estatutos do Jovem Agricultor e do Jovem Empresário Rural, são um bom exemplo, embora estas medidas devam ser aprofundadas no âmbito do próximo Quadro Financeiro Plurianual da UE, por exemplo numa lógica de integração dos apoios.

Um futuro mais eficiente significa maior precisão nas práticas agrícolas, menos desperdício, uma mais racional utilização dos recursos - como a água ou o solo, custos mais controlados e cadeias de valor mais integradas e mais justas, ou seja, mais amigas dos produtores. Uma solução para conseguirmos cadeias de valor mais justas, poderá passar pela integração a jusante do setor produtivo. Para este efeito, poder-se-ão utilizar outras linhas de apoio ou de financiamento disponíveis a nível nacional ou europeu, que não exclusivamente as ligadas à política agrícola.

No 'mundo disruptivo' em que vivemos - particularmente em termos tecnológicos, as inovações, a integração e a complementaridade entre áreas científicas e do saber será muito maior do que até aqui, pelo que o futuro da agricultura continuará a ser nuclearmente baseado na ciência agrícola, parece-me óbvio, mas as novas áreas científicas e tecnológicas, como a inteligência artificial, a robótica, a biotecnologia ou o aumento do uso de drones poderão ajudar aumentando a previsibilidade, a produtividade e a qualidade final, bem como o aparecimento de novos produtos.

Embora acredite que o futuro próximo possa não ser tão disruptivo quanto alguns analistas preveem, parece-me evidente que assistiremos a algumas 'revoluções produtivas' na nossa economia, particularmente no setor agrícola.

Um futuro mais 'territorializado', significa que grande parte dos produtos agrícolas, silvícolas ou agropecuários deverão 'explorar' a sua ligação ao território, porque é essa característica, aliada à tradição no desenvolvimento desses mesmos produtos - normalmente secular, que os torna únicos e distintos à escala global e logo a chave para o sucesso empresarial e aumento de competitividade. Daí a importância da utilização e da proteção das Indicações Geográficas à escala europeia e mundial. Além disso, julgo que apenas contrariaremos o abandono do território através de políticas de coesão territorial e desenvolvimento rural centradas nas diferentes regiões, que exatamente por serem diferentes, exigem políticas específicas e focadas nas suas realidades e potencialidades endógenas, como nos territórios de baixa densidade, de montanha ou nas RUP (Açores e Madeira).

Um futuro com um nível mais elevado de exigências por parte do mercado e muito concretamente dos consumidores, exigirá mais competências e uma particular atenção a aspetos como o controle da qualidade, rastreabilidade, promoção, embalagem, rotulagem e aumento da informação disponibilizada sobre o



produto (v.g. usando a *internet* ou através de ações de contacto direto com os consumidores), maior conhecimento e monitorização dos canais de distribuição e a utilização adequada de pesticidas, antibióticos ou produtos similares.

Acredito mesmo que a resposta eficaz a estas novas exigências dos consumidores, poderá ser ‘meio caminho andado’ para o sucesso, pois produtos (bem) orientados para as (reais) necessidades dos consumidores, são produtos competitivos e com elevado valor acrescentado.

Um futuro sujeito a regras comuns, na medida do possível, e que possa garantir uma segurança alimentar elevada à escala global, passa por um aumento da regulação mundial, seja por via de acordos bilaterais, seja por via de regras estabelecidas no âmbito dos Organismos da ONU responsáveis por estas matérias ou no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Neste âmbito, a negociação e assinatura de diversos Acordos Comerciais (Abrangentes) por parte da UE com países terceiros ou grupos de países terceiros nos últimos anos, tem também contribuído para a abertura de novos mercados para os produtos agrícolas europeus, que representam novos desafios e novas oportunidades de negócio que não devem ser desperdiçados.

Neste artigo de opinião, pretendi fornecer uma visão prospetiva, ampla e sistemática, sobre as tendências e aqueles que são no meu ponto de vista, os maiores desafios que se colocam atualmente aos agricultores portugueses, particularmente aos mais jovens.

Não pretendi replicar o Manifesto do PSD às eleições europeias, nem tão pouco centrar-me exclusivamente na análise da PAC- Pós 2020 ou nas novas oportunidades de sinergias com o Programa ‘Horizonte Europa’ (atual ‘Horizonte 2020’).

Sobre estas importantes questões e dado o momento político em que vivemos, gostaria, contudo, de sublinhar que o PSD rejeita em absoluto os cortes previstos para Portugal no orçamento para a PAC- Pós 2020 (e também no âmbito da Política de Coesão), pelo que continuaremos a fazer tudo o que esteja ao nosso alcance para reverter estes anunciados cortes.

De facto, a redução dos apoios à Agricultura Europeia não é consentânea com os novos desafios que o sector terá de enfrentar nos próximos anos. E desde logo, em matéria de alterações climáticas e preservação ambiental, é preciso garantir o financiamento da agricultura de precisão e assegurar que novas condicionalidades e exigências para os agricultores no âmbito da PAC- Pós 2020 sejam acompanhadas de apoio financeiro adequado e que as práticas ambientalmente sustentáveis já implementadas pelos agricultores portugueses sejam igualmente consideradas.

E termino deixando a certeza do empenhamento do PPD/PSD na defesa do mundo rural e do seu desenvolvimento em Portugal, na Europa e em todos os *Fora* legislativos ou não legislativos onde o futuro do Setor esteja em causa.

«Creio que temos que achar um equilíbrio na agricultura, de futuro»



Nélson Fernandes descreve a sua trajetória como “similar à de muitos jovens agricultores.” O ano de 2003 foi decisivo, quando “soube que havia uma fruta que se tinha começado a produzir, havia relativamente pouco tempo em Portugal, e que se conseguia exportar com alguma facilidade para o resto da Europa”, Nélson não pensou duas vezes, vendeu o que tinha e mudou completamente de vida e de cidade.

Saiu de Lisboa e rumou a Castelo Branco, onde se instalou como Jovem Agricultor com 3,64 hectares de produção de mirtilo. Uma aventura que se veio a traduzir mais tarde no sucesso que é hoje conhecido como Berrysmart.

Como surgiu a Berrysmart e quais são os objetivos desta empresa?

Em 2012 depois de perceber que começava a haver um boom na instalação de produtores, resolvemos criar

a Berrysmart com um departamento de projetos e viveiro próprio, de forma a poder satisfazer as necessidades desses mesmos agricultores. Desde aí não paramos de crescer e sentimos a necessidade de nos estendermos mais para Sul na produção de mirtilo, devido a novos clientes que nos foram aparecendo.

A Berrysmart abandonou o departamento de projetos, estando neste momento somente a fazer o acompanhamento de clientes, até as suas instalações estarem concluídas, sendo esta a forma de não os deixar desamparados. Mantemos o viveiro que tem um crescimento sustentado e as plantas por nós produzidas chegam a mais de 20 países e 4 continentes diferentes, o que nos orgulha imenso. O nosso objetivo central é e sempre foi estar um passo à frente e aí fomos pioneiros, quando ao contrário da grande maioria dos produtores que viam a janela de junho e julho como prioridade nacional, nós olhávamos para uma produção extremamente tardia quando terminava a fruta na Europa. Nunca nos focámos no mercado Nacional, embora as nossas produções estivessem aqui, o mercado Português sempre foi residual e mesmo assim tivemos a necessidade de procurar novos clientes para a fruta que produzimos, dado o nosso cliente histórico nos ter fechado a porta, mas conseguimos que muitas e novas janelas se abrissem e consequentemente fomos forçados a aumentar drasticamente

a nossa produção, que neste momento não chega para 20% das nossas encomendas de pequenos frutos, nomeadamente mirtilos.

Ajudamos também alguns dos produtores por nós instalados, na inovação em termos produtivos e na comercialização da sua fruta.

Regista-se um aumento significativo da produção e do consumo de frutos vermelhos? Há cada vez mais jovens a apostar nestas culturas?

No que respeita à produção, houve um boom de jovens a instalarem-se entre 2012 a 2017, e francamente a grande maioria não tinha a mínima noção no que se estava a meter, tendo como consequência a que neste momento existam centenas de hectares abandonados, não porque os jovens agricultores não tivessem vontade de produzir, mas porque estavam extremamente mal preparados, mal aconselhados e pouco apoiados.

Neste momento, assistimos sim, a algumas multinacionais que estão a investir nos pequenos frutos mais a Sul do país, em grandes áreas, e muito menos Jovens Agricultores. No que respeita ao consumo, os números em termos mundiais têm registado um aumento na ordem dos dois dígitos, sendo que o crescimento tem sido liderado ano após ano pelo Mirtilo em praticamente todos os mercados.

Que oportunidades e pontos fracos reconhece na atividade agrícola?

A atividade agrícola é igual a qualquer outra, tirando o facto de estar intimamente ligada e afetada pelas condições climáticas. Existe a procura e a oferta, e tanto na agricultura como na indústria a única forma de tirarmos rendimento é a procura ser superior à oferta. Se formos profissionais e competentes naquilo que fazemos, a agricultura pode ser uma atividade bastante compensadora em termos monetários. Temos uma excelente oportunidade, se o Brexit se vier a concretizar, de abrir novos mercados nomeadamente o mercado Chinês, mas infelizmente para isso precisamos que o Governo Português olhe para nós e consiga firmar os acordos comerciais necessários para essas aberturas de novos mercados, sendo também importante referir que só a China é capaz de absorver toda a produção mundial.

Como olha para o futuro da agricultura e dos Jovens Agricultores em Portugal e o que, na sua opinião, ainda falta fazer? Que medidas considera que deveriam ser implementadas a fim de atrair mais jovens para a agricultura?

Na minha opinião era mais importante criar um *simplex* em termos de licenciamentos e isenções específicas para Jovens Agricultores, se pretendem que eles venham a sobreviver pelo menos aos primeiros 24 meses, que é o tempo que demora a implementação do projeto.

Um Jovem Agricultor neste momento para se instalar, além da vontade de o fazer e de toda a resiliência necessária, terá que ter um bom pé de meia para suportar todos os custos dos primeiros anos, desde as prestações sociais até às mensalidades com contabilistas e a consultores, chegando facilmente a um gasto de mais de 400 euros mensais. Se estamos a pensar que a maioria dos Jovens Agricultores se instala a pensar que vai ser ajudado a praticamente 100%, e depois se depara com uma situação que além de investir e esperar muitas vezes *ad eternum* que lhe sejam devolvidas as verbas pelos serviços oficiais, facilmente chegamos à conclusão de que só com muita determinação e espírito de sacrifício podem sobreviver.

Era também interessante que o Estado pensasse em apoiar Jovens Agricultores que simplesmente queiram ficar com negócios de outros agricultores, que devido à idade se reformem e tomando as devidas precauções para não haver negócios menos claros pelo meio.

Quais são os principais desafios que hoje se colocam aos Jovens Agricultores?

Considero que o principal desafio é conseguir absorver e partilhar conhecimento e inovar. A verdade é que como no caso do mirtilo e de outras culturas de cluster tem havido, e perdoe-me a expressão, um nacio-

nal “carneirismo” ... poucas pessoas procuram inovar e preferem fazer *copy past* do primeiro caso de sucesso que lhes aparece à frente, além de que é importante ter os olhos bem abertos e não se deixar levar por muitos gabinetes de projetos, que muitas vezes não fazem mais que vender um sonho irreal.

Os apoios públicos cedidos no âmbito da futura PAC, podem ser decisivos na ajuda aos agricultores para dar resposta aos desafios ambientais? Como entende o papel dos agricultores na mitigação das alterações climáticas?

Creio que temos que achar um equilíbrio na agricultura de futuro, a verdade é que a população mundial tem vindo a aumentar de uma forma bastante rápida e que os terrenos aptos para a agricultura são cada vez menos e isso só vamos conseguir resolver com novas tecnologias de produção e mais amigas do Ambiente. Neste caso, Portugal até pode vir a ter um papel bastante importante devido ao facto de termos estado atrasados durante tanto tempo, e assim poderemos agora investir em novas formas de fazer agricultura. Tal como assistimos nos últimos 3 anos no caso da framboesa em que Portugal, que é claramente neste momento um dos líderes europeus nas técnicas de produção, e alcançámos esse patamar rapidamente havendo bastante inovação e experimentação, tanto da parte dos privados, como dos serviços de investigação do Estado, como do INIAV.



«O agricultor tem um papel fundamental no Mundo Rural»



Nuno Cravinho instalou-se como Jovem Agricultor em 2012, ano em que concluiu a licenciatura em Engenharia Alimentar, pela Escola Superior Agrária de Beja, com uma pequena exploração de suínos Alentejanos em extensivo e olival para azeitona de mesa.

A ligação familiar ao setor agrícola e o gosto pela área, foram fatores que pesaram quando decidiu ajudar o pai e criar a sua exploração, rejeitando uma oferta de trabalho numa grande empresa situada no distrito de Setúbal.

É com um espírito empreendedor que Nuno tem feito o seu percurso, admitindo que além dos vários constrangimentos, ao nível do financiamento, da burocracia e na falta de acompanhamento, “*existe uma grande carência de investimento nas explorações agropecuárias*”. Contudo, tem mantido a persistência e o empenho, até porque reconhece

que “*o agricultor tem um papel fundamental no Mundo Rural*”.

Em que momento decidiu a sua trajetória na agricultura?

Digamos que foi o momento em que tive de fazer a opção entre instalar-me como Jovem Agricultor e dar continuidade à indústria familiar de transformação de Porco Alentejano ou sair e agarrar uma oportunidade de trabalho, que me surgiu numa grande empresa, no Montijo.

Dada a minha ligação muito forte e o gosto pela Agricultura, não hesitei em ajudar o meu pai e em criar a minha própria exploração agrícola. Neste momento, além de fazer a criação já preparo algumas varas de porcos para fazer a Montanheira da CASA CRAVINHO, uma pequena escala que tem vindo a crescer gradualmente.

Sou também criador de ovinos campaiços em linha pura, com um efetivo aproximado de 300 cabeças, e neste momento estou a acompanhar a instalação de Jovens Agricultores, da minha irmã e da minha namorada, tudo em Agropecuária.

O acesso ao financiamento continua a ser uma barreira à renovação de gerações. Enquanto Jovem Agricultor, quais foram os principais constrangimentos encontrados quando submeteu o seu projeto?

Os principais constrangimentos com que me deparei quando submeti o meu projeto, e até receber os montantes comparticipados, foi toda a burocracia envolvida, o período de espera demasiado longo, todo o processo demora imenso tempo até ficar concluído. E atualmente está bastante pior do que na altura da minha instalação, com tempos de espera maiores e aberturas de concursos com prazos muito mais curtos. O financiamento de um Jovem Agricultor é sempre uma situação complicada quando não conseguimos dar garantias à banca, aliás, eu diria que é praticamente impossível.

Na sua perspetiva, enquanto Jovem Agricultor, que oportunidades e pontos fracos reconhece na atividade agrícola?

A agricultura deveria ser vista como um aliado em qualquer setor. Mas nos dias de hoje, um Agricultor aos olhos de muitos é visto quase como um criminoso, e é importante inverter esta opinião errada que revela um profundo desconhecimento da realidade do mundo agrícola. O agricultor tem um papel fundamental no Mundo Rural, na proteção da Natureza, no equilíbrio dos ecossistemas, no bem-estar animal... é importante que as pessoas absorvam junto de nós – agricultores, a informação sobre os diversos temas, ao invés de emitirem opinião sem qualquer conhecimento de causa e sem dados concretos.

Sendo considerada uma atividade económica que pode contribuir para o desenvolvimento local, acha que a implementação de atividade similar à sua por parte de Jovens Agricultores, poderia ser uma aposta no combate à desertificação na faixa interior do país?

Sim, penso que sim, mas acho que para a fixação dos jovens no interior do país é necessário que lhes seja dado mais apoio a todos os níveis, não só financeiro, mas também no âmbito da formação.

Os apoios ao investimento após a instalação dos jovens são fundamentais, pois é raro o Jovem Agricultor, que pouco tempo após a conclusão do seu projeto não queira voltar a investir, já que fica sempre a faltar algo na exploração.

Considero também de extrema importância, a disponibilização de mais verbas na área da transformação, sendo crucial para o desenvolvimento de uma exploração.

Como olha para o futuro da agricultura e dos Jovens Agricultores em Portugal e o que, na sua opinião, ainda falta fazer?

Creio que é necessário implementar um acompanhamento mais próximo, o aconselhamento agrícola é fundamental, assim como a formação. Seria também importante separarmos as avaliações dos projetos de investimento por áreas.



Existe uma carência de investimento nas explorações agropecuárias, que surge pela falta de viabilidade económica das explorações, em que nas zonas mais remotas, com uma baixíssima taxa de precipitação anual e muito concentrada, dificulta a disponibilidade de alimento animal.

A escassez de água tem assolado muitas regiões do país, nomeadamente o distrito de Beja. O reforço dos caudais da barragem do Monte da Rocha pode ser visto como uma solução suficiente e a longo prazo para colmatar a falta de água para a agricultura?

Os agricultores da nossa região têm uma idade muito avançada e têm alguma reticência relativamente à

instalação de novas estruturas. Terá sempre que haver um apoio ao nível da informação e implementação no terreno.

Considera que um bom plano de regadio é um potenciador económico?

Para o desenvolvimento da Agropecuária na nossa região seria importante um plano de regadio, mesmo que condicionasse os agricultores e as culturas de outono/inverno, funcionando numa perspectiva de antecipar a estação outonal e primaveril, sendo duas estações que influenciam muito o sucesso de um ano agrícola. Estes planos, com estas condicionantes já existem a funcionar em algumas ITS, que mesmo assim tornam as explorações economicamente mais viáveis.

FÓRUNS DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA PARCERIAS DE SUCESSO



Decorreu durante o mês de maio e no início do mês de junho, em várias localidades do país, os “Fóruns de Modernização da Agricultura”, uma iniciativa que o Crédito Agrícola promoveu, em parceria com a Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (AJAP), a empresa Agroinsider e o Portal Agronegócios.

A realização dos fóruns teve como principal objetivo debater os desafios atuais que se impõem à modernização da Agricultura, a partilha de ferramentas inovadoras, assim como apresentar soluções de apoio, com vista a contribuir para o desenvolvimento de dinâmicas empresariais sustentáveis e eficientes no Espaço Rural.

Quatro regiões, quatro temas diferentes, adequados às fileiras que se destacam em cada região. O Fundão teve a cereja como tema de debate, em Paderne a fruticultura ocupou o lugar de destaque, rumando a Beja, a olivicultura foi a protagonista da sessão, e em Mangualde a viticultura foi o tema escolhido para encerrar o ciclo de fóruns.



Todas as sessões contaram com oradores de renome de diversas áreas e setores, que contribuíram para um esclarecimento produtivo, gerando também novas ideias.

Paulo Beça, Diretor de Marketing Estratégico do Crédito Agrícola, reforça que estes eventos levados a cabo pelo CA, juntamente com parcerias e organizações do setor, como a AJAP, permitem “debater e construir uma visão conjunta sobre as prioridades essenciais para a modernização da agricultura, que resulta da mais-valia proporcionada pelos diferentes pontos de vista e experiências dos diversos parceiros.”



Paulo Beça, Diretor de Marketing Estratégico do Crédito Agrícola

Como analisa a importância do Crédito Agrícola criar debates relacionados com a temática agrícola, entre clientes CA, organizações do setor, municípios e a sociedade em geral?

Estes debates enquadram-se na ligação e relacionamento que o CA estabelece com as comunidades locais e regionais, onde a sua atividade mais se faz sentir, e na auscultação das necessidades dos agentes económicos que conduzem o CA ao desenvolvimento de propostas de valor ajustadas para os diferentes segmentos, nomeadamente o Empresarial e a criação de mais valor para os Clientes e a geração de maior atratividade para o CA no caso de não Clientes, como é o exemplo no segmento Agrícola.

Qual a expectativa de adesão aos Fóruns de Modernização da Agricultura e qual o impacto que terão junto da comunidade agrícola e rural?

Os eventos organizados em parceria pelo **Crédito Agrícola**, o **Portal Agrogócios**, a **Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (AJAP)** e a empresa **Agroinsider**, estão a decorrer com muito interesse por parte de Clientes, Associados e público em geral, pois possibilitam quer aos Associados, quer a Clientes e Não Clientes, atualizar conhecimentos e partilhar experiências, participando ativamente nas sessões e possibilitando a recolha de ideias da dis-

cussão dos diferentes temas e da análise das várias fileiras em debate, como seja a fruticultura, a fileira da Olivicultura e da Viticultura, a título de exemplo.

Todas as sessões contam com oradores de renome do meio académico, empresarial e associativo, que irão refletir sobre vários temas que se afiguram pertinentes face aos desafios globais do presente e do futuro do ensino da agricultura, produção e técnicas, distribuição, segurança alimentar e sustentabilidade, num debate participado e gerador de ideias.

Que mais-valias decorrem das parcerias para estes fóruns, nomeadamente com a AJAP?

Contribuir para o estabelecimento de uma dinâmica empresarial sustentável, eficiente e eficaz no Espaço Rural.

Debater e construir uma visão conjunta sobre as prioridades essenciais para a modernização da agricultura, que resulta da mais-valia proporcionada pelos diferentes pontos de vista e experiências dos diversos parceiros.

Qual a relevância do envolvimento do Crédito Agrícola neste tipo de atividades? Estes fóruns contribuem para o fator diferenciação da instituição bancária e seguradora?

Nestas sessões pretende-se contribuir para uma discussão das novas tendências conducentes à modernização do setor e à partilha de ferramentas inovadoras e a soluções de apoio em que o CA é um parceiro importante para afirmar o carácter diferenciador no mercado financeiro e segurador do agronegócio.

Em que consiste o conceito que tem vindo a ser trabalhado pelo Crédito Agrícola no decorrer deste ano, “pro-

duzir com precisão é colher com sucesso”? E em relação ao JER – Jovem Empresário Rural?

Para o CA o conceito materializa-se em apoiar as melhores práticas de agricultura da atualidade, traduzido na implementação e posterior concretização de estratégias de eficiência produtiva e melhoria da qualidade final, maximizando o valor acrescentado na comercialização, sobretudo nos produtos e serviços direcionados para a produção ambientalmente sustentável.

O conceito JER – Jovem Empresário Rural é muito importante para o CA, pois esta “ideia” cruza-se com a matriz da ação dinamizadora das atividades económicas das regiões rurais, onde maioritariamente o CA se encontra, apoiando os Jovens Empresários Agrícolas, explorações agrícolas e Empresas com vocação para a fileira do Agro-Negócio, incluindo, além do setor primário, a comercialização dos bens transformados, melhorando a eficácia da sua comercialização e atividades conexas e/ou complementares.

É uma das missões do CA fortalecer as parcerias com entidades de referência no mercado local e regional, cuja atividade se relacione não só com o setor agrícola, mas também todos os outros setores de atividade económica, promovendo condições financeiras preferenciais e desta forma proporcionar facilidades de acesso a fatores de produção e serviços complementares. Assim, o CA contribui decisivamente para a criação de mais e melhores oportunidades de fixação de jovens no tecido socioeconómico, criando um horizonte com um futuro mais promissor para as populações, lugares e identidade nacional.

JOVENS AGRICULTORES, JOVENS EMPRESÁRIOS RURAIS, AGRICULTORES



A Associação dos Jovens Agricultores de Portugal continua a dar passos seguros e a estabelecer-se incessantemente nas suas áreas de intervenção, oferecendo as garantias e os meios necessários de atuação e exercendo um papel preponderante no espaço agrícola e rural.

Ao longo de mais de trinta anos tem fortalecido a sua posição, representando os Jovens Agricultores em Portugal continental e nas ilhas da Madeira e Açores e o Jovem Empresário Rural, que é agora também uma grande bandeira da organização. A aposta nos jovens inseridos no espaço rural é uma necessidade, pois os territórios carecem de rejuvenescimento, de novos conhecimentos e experiências.

São necessárias políticas integradas e integradoras, que garantam sustentabilidade e o estímulo necessário para que a agricultura nacional e europeia seja assegurada no futuro. A AJAP está ciente das problemáticas em torno da nova PAC, que tra-

rá novas regras e menos dinheiro, o que constituirá um desafio na adaptação de Portugal.

É neste sentido, que o Presidente da AJAP, Eduardo Almendra, e os Vice-Presidentes, Pedro Rei e André Oliveira, dão um testemunho enquanto membros estruturais da organização, mas principalmente enquanto Jovens Agricultores, relatando a experiência, os desafios de hoje e de amanhã no seio agrícola do país.

«Portugal tem futuro para os todos os jovens que pretendam instalar-se como agricultores se tivermos as ferramentas certas em função da heterogeneidade das regiões que possuímos»



Eduardo Almendra, Presidente da AJAP

A AJAP tem conseguido atuar junto dos decisores políticos, fazendo com que haja uma maior sensibilização para a importância de apoios e de jovens no meio agrícola?

Esse é sem dúvida um dos nossos maiores desafios e também é nesse desígnio que a AJAP tem feito o seu melhor para que paulatinamente os Jovens Agricultores em Portugal e os que pretendam desenvolver esta atividade vão tendo progressivamente melhores condições na fase

de pré-instalação, durante a sua instalação e no evoluir dos seus primeiros anos de vida enquanto jovens empresários.

Confesso que não é uma tarefa fácil, pois o discurso dos políticos ao longo dos sucessivos governos e a execução real ficam sempre bastante distanciados, ou seja, muitas promessas, boas intenções e por vezes bastante frustração por parte de quem pretende avançar numa atividade de risco, de forte concorrência e cada vez mais vulnerável ao fenómeno das alterações climáticas.

Realço que a diferenciação entre os apoios (prémio jovem e ao investimento) a quem se instala em regiões favorecidas ou desfavorecidas é cada vez menor, o que distorce equilíbrios que os apoios públicos deveriam fortalecer. Ou seja, os apoios deveriam favorecer mais determinadas regiões, com aptidões mais difíceis e os seus beneficiários, em detrimento de outras sempre privilegiadas, não só pela dimensão média da propriedade, como pelas infraestruturas que foram reivindicando e conquistando, falo de emparcelamento rural, de eletrificação e de regadios coletivos e infraestruturas de comercialização das produções. É chegada a altura de se fazer justiça a estes territórios que no seu conjunto ocupam mais de 2/3, do país, mas que infelizmente só simulam fazer algo quando a tragédia dos incêndios nos bate à porta e envergonha Portugal, porque as fragilidades nestes momentos vêm todas ao de cima, como se viu.

Os nossos políticos têm memória muito curta e por vezes até dá a sensação que têm vergonha do país real que temos e somos.

Qual o futuro dos Jovens Agricultores em Portugal?

Eu sou um exemplo disso, invisto onde quase todos desistem, multipliquei por mais de 10 a área de olival e amendoal que herdei, presto serviços de mecanização e agrícolas a muitas explorações da região, pois a mão-de-obra existente é já bastante envelhecida, e muitos estão a abandonar, pois os preços a que vendem as suas produções não são valorizadas e quase não cobrem os custos de produção. Existem alguns jovens nestas regiões a quem só lhes resta investir na agricultura, mas a este ritmo o ânimo vai esmorecendo restando poucas alternativas.

É evidente que esta grande franja do país não é o país agrícola por excelência, do olival intensivo, de enormes manchas de vinha com rega, das áreas nobres do Ribatejo com altos índices de produtividade no milho, grão, tomate e outras culturas hortícolas ao ar livre, nem são as zonas melhores adaptadas para os pequenos frutos e horticultura forçada e próxima dos centros de consumo.

Deixo um forte apelo aos senhores decisores políticos, estamos em ano de eleições, parem de assobiar para o lado e de fingir que estes territórios não fazem parte do país, que apesar de ser pequeno consegue coabitar com tantas assimetrias, tantas desigualdades e tanta injustiça.

Sim, Portugal tem futuro para todos os jovens que pretendam instalar-se como agricultores se tivermos as ferramentas certas em função da heterogeneidade das regiões que possuímos.

Que estratégias considera que poderiam ser adotadas e o que é ainda necessário consolidar para atrair mais jovens para a agricultura?

Ser mais exigente com Bruxelas, evitar a todo o custo a diminuição dos 15% do II Pilar, quero ver se este desiderato vai ser fortemente defendido ou se pode ainda servir de moeda de troca para beneficiar os mesmos de sempre. Espero muito sinceramente que as promessas dos senhores candidatos a Eurodeputados sejam cumpridas.

Por cá a redistribuição dos apoios deveria ser uma prioridade, poucos agricultores recebem muitas ajudas anuais e incentivos a investir, a grande maioria dos agricultores em Portugal recebe migalhas das ajudas anuais e raramente consegue ver aprovados os seus projetos, pois raro é aquele que consegue preencher todos os requisitos, tal a teia burocrática que está associada aos projetos de investimento.

Este PDR, ficou muito aquém do saudoso PRODER, começou muito mal é certo, mas conseguiu despertar e fazer acordar o país agrícola que mostramos ser e que ainda muito podemos crescer. O PDR causou arrepios aos investidores, ficou muito aquém das expectativas criadas, pelo que o país no seu todo, políticos, organizações do setor, de outros setores e a sociedade civil deveria ser capaz de construir um novo programa para o próximo quadro de apoios a pensar no país, nas

diferentes regiões, em todos os agricultores e não nas capelas dos senhores do costume e das regiões de sempre.

Os jovens, sejam do interior ou do litoral, sejam de Trás-os-Montes, do Ribatejo, do Algarve, do Oeste, do Alentejo ou do Minho, necessitam de sentir confiança nas políticas e nos políticos para poderem investir ainda mais na agricultura.

Continuamos a ser o país da Europa com o tecido produtivo agrícola menos rejuvenescido e dos mais envelhecidos, a aposta no próximo quadro tem de ser forçosamente bem mais arrojada do que aquela que tivemos com o PDR.

A figura do Jovem Empresário Rural poderá ser a esperança para a instalação de mais jovens nas diversas regiões do país que estão sedentas de população e de desenvolvimento económico?

A figura do JER – Jovem Empresário Rural, nasce na AJAP é alimentada a muito custo pela AJAP durante quase uma década, estivemos quase para a deixar cair, pois fomos implorando aos sucessivos governos da sua real importância para o país, contudo sempre foi rejeitada.

Foram alguns parceiros dos quais destaco o Grupo CA – Crédito Agrícola, que nos foram dando algum alento para não desistirmos. A AJAP não desiste facilmente das suas convicções e, como politicamente somos neutros, não nos deixamos intimidar e muito menos que nos calem.

Já na reta final deste Governo, o Ministro Capoulas Santos cumpriu e publicamente agradecemos, mas muito temos pela frente, o JER é agora uma

figura nacional e todos temos muitas responsabilidades na sua regulamentação e nos apoios que lhe possam estar associados.

Se não for uma figura para enfeitar e se for levada muito a sério, a AJAP está fortemente convencida que valeu a pena o nosso esforço, porque um dia alguém vai escrever o marco decisivo no desenvolvimento de muitas regiões que o JER trouxe a Portugal.

«Esta nova PAC vem com certeza aumentar o grau de exigência sobre os agricultores, não pretendendo que saibam apenas produzir, mas sim compreender, conservar e conviver com o meio que os rodeia»



Pedro Rei, Vice-Presidente da AJAP

Qual o futuro dos Jovens Agricultores em Portugal?

Com a entrada da nova PAC e ainda a indefinição da mesma, os Jovens

Agricultores aguardam avidamente por alguma resolução que possa vir a acrescentar algo de novo ao setor. A AJAP, neste capítulo, pode orgulhar-se de ter contribuído para ver novas soluções aprovadas junto do parlamento, como foi o caso da figura do JER- Jovem Empresário Rural. Esta figura agregadora de todos os jovens empresários, onde estão incluídos os Jovens Agricultores, poderá servir de plataforma para obtermos um novo olhar sobre o mundo rural. Aumentar a dinâmica de trocas comerciais e o incremento de valor pelo processamento de bens primários, bem como o aumento de serviços em zonas menos populosas, deverá tornar-se um forte atrativo à vida em zonas não urbanas.

Acredito que o Jovem Agricultor com a entrada desta nova figura, o Jovem Empresário Rural, caso estes sejam bem instrumentados, serão a resposta para um País mais forte e estável, social e economicamente, reduzindo assim as dicotomias que tão bem conhecemos.

Que estratégias integradas de políticas públicas considera cruciais para captar novos produtores agrícolas?

O setor necessita de uma clara desburocratização e medidas de simplificação para quem se pretende implementar e capacitar regiões do interior de acesso aos serviços públicos que ao longo dos últimos anos têm sido encerrados por falta de capital humano, olhando apenas para números apresentados na despesa pública. Se for errado falar em discriminações positivas de modo fiscal para atividades ligadas ao setor primário, por criar iniquidade para com os outros tipos de ofícios, também não será menos injusto referir

que as políticas têm seguido caminhos direcionados a locais de elevada densidade populacional.

Seria muito positivo ouvir da parte do Estado que a tentativa de afastamento da responsabilidade de cofinanciamento dos 30% da PAC para os pretendidos 15%, fosse assumido pelo Estado em igual percentagem, para assumir o nivelamento das diferenças do país, bem como fez nos passes sociais, que aproximou as zonas periféricas dos centros urbanos, também aproximasse as zonas rurais das áreas citadinas.

Atualmente apenas 4% dos agricultores tem menos de 40 anos. Pode considerar-se que as políticas de apoio à agricultura têm sido insuficientes?

As políticas de apoio ao setor têm sido, por vezes, mal orientadas. A prevalência de um apoio direto como o do I Pilar, orientado em grande parte do que é o seu pacote financeiro aos pagamentos desligados com pagamento por área, afeta gravemente o que é a acessibilidade ao solo. Sem esse fator principal, e por vezes a própria legislação nacional e a inerente burocracia, quando comparada com a de outros países da comunidade, cria bloqueios à nova iniciativa.

Os Jovens Agricultores, ora por inerência da herança familiar, ora por vontade própria de construir um futuro mais próximo de um ambiente mais rural, são efetivamente poucos

quando comparado com o balanço do número total dos agricultores. Ficamos a aguardar como o *ringfencing* imposto pela União Europeia que será efetivamente o número mágico de averbamento necessário para o não desinvestimento da instalação de novos agentes no setor agrícola.

Tendo em conta a redução da dotação financeira da PAC, particularmente prevista no II Pilar, na sua perspetiva que tipo de agricultores pretende a futura Política Agrícola Comum vir a privilegiar?

O novo envelope financeiro bem como todos os anteriores não são, nem nunca foram focados no setor agrícola, mas sim nos direitos do Cidadão Europeu e na sua necessidade de obtenção de alimentos a preços considerados ajustados ao mercado, sem que haja excedente dos mesmos. Daí, partimos de pressupostos, já antigos, e o envelope está claramente a ser construído para que prevaleça a manutenção desses mesmos pressupostos, suportando a ideia de uma agricultura estática e menos dinâmica na entrada e saída de novos agentes no setor, os agricultores. Com a dotação a baixar significativamente no último pacote relativamente ao anterior, é já identificado pela Direção Geral de Agricultura que a nova PAC deverá incidir sobre a renovação de gerações e transição de explorações agrícolas, uma crescente necessidade de contemplar as alterações climáticas e a manutenção da biodiversidade dos solos, aquíferos e espaço rural. Esta nova PAC vem com certeza aumentar o grau de exigência sobre os agricultores, não pretendendo que saibam apenas produzir, mas sim

compreender, conservar e conviver com o meio que os rodeia.

O clima é um dos grandes protagonistas da futura PAC e no seu orçamento a longo prazo. Qual a sua opinião sobre o papel dos agricultores perante o flagelo das alterações climáticas?

Os agricultores têm um papel essencial quando falamos de manutenção. A contribuição dos agricultores é clara e inegável quando falamos de práticas de fixação de nitrogénio ou a responsabilidade da limpeza de áreas florestais, que em tanto contribuem para o sequestro de carbono. No entanto, parece que recai sobre o setor agrícola toda a fatura, quase como se de um bode expiatório se tratasse. Reconhecemos que há práticas que necessitam de aperfeiçoamento e outras que podem e devem ser substituídas por outras que demonstrem uma maior responsabilidade ambiental, mas daí a que um dos setores, de modo quase inequívoco, que mais depende da conservação das condições climáticas e o facto de o Ser Humano ainda não se alimentar de carvão ou petróleo, esteja a ser condenado em praça pública como "O" setor que todos os males trouxe ao mundo é intelectualmente desonesto.



«Um Jovem Agricultor com conhecimentos de contabilidade e gestão e bem informado, será o que melhor rentabiliza os fatores de produção utilizados»



André Silva, Vice-Presidente da AJAP

Em sua opinião o que é necessário para ser um Jovem Agricultor de sucesso?

Não aprecio particularmente essa expressão... Na agricultura, em particular na agropecuária, e no setor leiteiro, onde me encontro, é preciso muita terra, muito capital, ter uma família que nos ajude e compreenda, muita paixão e muito conhecimento do setor. Mesmo assim há fatores que não dominamos e que nos últimos anos nos têm feito a “vida negra”. Refiro-me às alterações climáticas e às alterações da Política Agrícola Comum. Por alguma razão neste setor, em Vila do Conde, nos últimos 10 ou mesmo mais anos, fui o único a instalar-me começando do zero. Normalmente as instalações de Jovens Agricultores neste setor são por sucessão de pais para filhos.

Instalar uma vacaria é como instalar uma indústria pesada. Sou de opinião que este setor deveria ter uma discriminação positiva em relação aos demais, nas ajudas à primeira instalação.

Admito que em muitos outros setores da atividade agrícola, com algum capital, alguma terra, alguma formação e algum conhecimento dos mercados, se consiga mais facilmente ser bem-sucedido. Um Jovem Agricultor com conhecimentos de contabilidade e gestão e bem informado, será o que melhor rentabiliza os fatores de produção utilizados.

Qual o futuro dos Jovens Agricultores em Portugal?

Eu acredito que o futuro seja mais risonho para nós. Na sociedade em geral há uma crescente preocupação ambiental e ecológica, que nos beneficiará se nos soubermos adaptar aos novos tempos. Temos que liderar o processo da absorção do carbono e ao mesmo tempo ser os promotores/empreendedores da bio-economia na luta contra as alterações climáticas. Teremos uma agricultura mais ecológica, menos agressiva do ponto de vista ambiental e mais sustentável.

Enquanto Jovem Agricultor, que preocupações e problemas iminentes antevê para os próximos anos?

O primeiro problema a enfrentar será já, com o próximo Quadro Comunitário de Apoio, que trará uma redução significativa das ajudas à agricultura.

Estamos em campanha eleitoral para escolher os nossos representantes no Parlamento Europeu e não os ouvimos falar sobre a PAC e o futuro da agricultura europeia. Isto preocupa-nos, pois, a agricultura devia ocupar um lugar central nas discussões e nos programas políticos dos candidatos.

Tendo em conta que a PAC pós 2020 se afirma mais ambiciosa e abrangente, mas com acentuado corte de verbas, na sua perspetiva que tipo de agricultura e agricultores pretende esta política agrícola comum privilegiar?

Há uma incoerência muito grande em tudo o que se vai dizendo, senão, como é possível a PAC pós 2020 ser mais ambiciosa e abrangente, se reduz as verbas ao investimento, à competitividade, à investigação e à inovação, entre outras.

Não consigo entender quem pretendem beneficiar, mas certamente não são os setores tradicionais.

Os Jovens Agricultores têm que estar atentos e reivindicar o acesso às últimas tecnologias e aos últimos conhecimentos científicos em agronomia. Têm também que exigir dos governantes mais ambição em política comercial, abrindo portas em novos mercados, criando oportunidades para o escoamento dos nossos produtos.



INICIATIVAS DE SUCESSO

Carlos Frutuosa, Presidente da Associação Portuguesa de Escolas Profissionais Agrícolas (APEPA)



Num plano de desenvolvimento dinâmico, direcionado para a promoção do conhecimento e empreendedorismo, a AJAP juntamente com a Caixa Central de Crédito Agrícola está a implementar nas Escolas Profissionais Agrícolas e de Desenvolvimento Rural, um ciclo de Workshops/ Ações de Informação e Divulgação, e o I Concurso Nacional de Jovens Talentos Agrorurais. Aumentar a informação e os conteúdos técnicos, despertar o espírito empreendedor agrícola e de inovação e construir uma ideia de negócio, fazem parte dos objetivos das duas ações.

Esta iniciativa de carácter nacional, conta com o apoio e a coorganização da APEPA - Associação Portuguesa de Escolas Profissionais Agrícolas. O Diretor da Associação, Carlos Frutuosa, revela o interesse destas atividades no seio escolar, assim como a importância e a responsabilidade que o ensino profissional agrícola tem na formação de jovens até aos 18 anos.

Qual tem sido o papel da APEPA junto das escolas agrícolas do País?

A APEPA tem procurado ao longo da sua existência dialogar de forma constante com as escolas por forma a melhorar a participação destas em todo o processo de reflexão e análise do sistema educativo; tem ouvido e aconselhado, tem promovido a união e a cumplicidade; tem reunido problemas comuns e procurado encontrar soluções coletivas; tem fomentado o exercício do pensamento corporativo de modo a conquistar força e dinâmica junto dos decisores governamentais e junto das comunidades.

O que motivou a APEPA a aceitar o desafio enquanto coorganizadora destas atividades (Workshops e o I Concurso Nacional de Jovens Talentos Agrorurais) lançadas pela AJAP e pelo Crédito Agrícola?

A oportunidade de comunicar uma forte mensagem sobre a importância do desenvolvimento rural junto de jovens

estudantes; representa um estímulo ao talento e à superação; estar associado a uma iniciativa de grande valor; alertar os nossos jovens para as oportunidades que estão no terreno.

É para nós, APEPA, uma honra e um prazer estar associados a uma iniciativa desta dimensão, com parceiros tão importantes e fundamentais como a AJAP e a Caixa de Crédito Agrícola.

Esta iniciativa acaba por ser um importante complemento à formação destes jovens.

Qual o impacto esperado a partir da implementação dos Workshops nas Escolas Profissionais Agrícolas, nos alunos? E como tem sido a adesão, até à data, dos jovens estudantes?

São criadas expectativas pelos próprios alunos que na medida do possível são correspondidas pelo sistema de ensino e pelo meio empresarial. Estamos convictos de que contribuem para o aumento da informação e dos conteúdos técnicos (formação em análise de oportunidades de mercado, construção de candidaturas, domínio dos apoios e linhas de crédito).

Pelo que foi possível observar, os jovens estão muito entusiasmados, a adesão tem sido elevada e o aproveitamento tem revelado índices muito positivos.

Qual a relevância deste tipo de iniciativas para a comunidade escolar?

Acrescentam valor ao programa de ação das escolas e contribuem para fortalecer o conhecimento dos projetos em vigor (as dúvidas e os receios são apreciados e discutidos em conjunto).

Que papel desempenham as Escolas Profissionais Agrícolas no contexto atual? A formação e as ferramentas que oferecem vão ao encontro das necessidades das regiões do País?

São essenciais na formação de jovens até aos 18 anos. As escolas agrícolas são únicas na organização, dinâmica e infraestruturas. São responsáveis por inculcar nos jovens os princípios de uma agricultura moderna, rentável e que respeite o meio ambiente e a saúde pública.

O País conta com uma rede de escolas que cobre praticamente todas as regiões. São estas o garante de uma formação prática e teórica, essencial ao processo de instalação de mão-de-obra qualificada e a base para a aspiração ao ensino superior.

As escolas estão perfeitamente integradas nos territórios e daí o conhecimento aprofundado das suas necessidades, o que tem permitido adaptar a sua oferta formativa indo ao encontro das mesmas.

As Escolas Profissionais de Ensino Agrícola são atualmente encaradas como uma primeira opção para os jovens que pretende ingressar numa atividade económica ligada ao setor?

Sem dúvida! Aliás, as Escolas Agrícolas são as únicas com competências e capacidades para desempenhar essas funções.

Na sua opinião qual o futuro dos Jovens Agricultores?

O futuro dos Jovens Agricultores poderá ser muito interessante e lucrativo. É fundamental que estejam atentos à evolução dos mercados, apostem na tecnologia (investigação e experimentação), sejam responsáveis e astutos. As Escolas, para além da formação académica, têm um papel muito importante a desempenhar, inculcando nos nossos jovens um espírito empresarial.

O interior necessita urgentemente de ser revitalizado e não faltam oportunidades de negócios. O futuro é promissor e muito aliciante.

GOVERNO REGULAMENTA O PROCEDIMENTO RELATIVO À ATRIBUIÇÃO DO TÍTULO JOVEM EMPRESÁRIO RURAL

Foi publicada no dia 14 de maio a Portaria que regulamenta a atribuição do título de Jovem Empresário Rural (JER) e que define as zonas rurais para efeitos dessa mesma atribuição. O título pode ser concedido a pessoas singulares, entre os 18 e os 40 anos e a pessoas coletivas, constituídas como micro ou pequenas empresas, que exerçam ou pretendam iniciar uma atividade económica em zona rural.

Pedido de reconhecimento

- 1- O pedido de reconhecimento efetua-se através de submissão de formulário próprio, disponível no sítio da Internet da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), em www.dgadr.pt.
- 2- O formulário do pedido de reconhecimento do estatuto de JER é instruído com a seguinte documentação:
 - a) Cópia de documento de identificação, no caso de pessoas singulares;
 - b) Chave de acesso à certidão permanente da conservatória do registo comercial e cópia de documento(s) de identificação do(s) sócio(s), no caso de pessoas coletivas.
- 3- O requerente indica o código CAE (Classificação das Atividades Económicas Portuguesa por Ramos de Atividade) da atividade económica e a zona rural onde exerce ou pretende vir a exercer.
- 4- Caso o requerente seja pessoa coletiva indica se é uma micro ou uma pequena empresa, cabendo à DGADR consultar o registo eletrónico do IAPMEI, I. P., para comprovação da certificação de micro, pequena e média empresa (PME).

Decisão

- 1- A DGADR decide a atribuição do título de reconhecimento do estatuto de JER, no prazo máximo de 60 dias úteis, após a receção do respetivo pedido de reconhecimento.
- 2- O título de reconhecimento é disponibilizado por via eletrónica, através da emissão do respetivo código de acesso.

Validade e Renovação

- 1- O título de reconhecimento tem a validade máxima de 3 anos, constando no código de acesso o prazo de validade e a zona rural onde a pessoa singular ou coletiva exerce ou pretende vir a exercer a atividade económica.
- 2- O título de reconhecimento pode ser renovado se se verificar que se mantêm as condições que justificaram o reconhecimento e atribuição do estatuto de JER, através da submissão de novo formulário e respetiva documentação.

Controlo

- 1- A DGADR procede ao controlo da manutenção dos requisitos para atribuição do título de reconhecimento do estatuto de JER.
- 2- Os titulares do estatuto são obrigados a permitir o acesso e a facultar todos os elementos necessários ao controlo.

Revogação

- 1- O estatuto de JER é revogado quando se verifique qualquer uma das seguintes circunstâncias:
 - a) Não verificação de qualquer dos elementos previstos no artigo 2.º (Pedido de Reconhecimento)
 - b) Utilização abusiva ou fraudulenta do título de reconhecimento para efeito de atribuição de benefícios.
- 2- A decisão de revogação é precedida da audiência dos interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.
- 3- A revogação determina a perda de acesso às medidas de apoio previstas no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 9/2019, de 18 de janeiro.

Obrigações do titular do estatuto

Constituem obrigações do titular do estatuto:

- a) Comunicar à DGADR, no prazo de 10 dias úteis, qualquer alteração dos requisitos previstos para o reconhecimento;
- b) Colaborar com a DGADR e outras entidades competentes na realização de controlos que vierem a ser determinados com vista a comprovar o cumprimento dos requisitos para o reconhecimento.

Fonte: Diário da República, 1ª série – N.º92 – 14 de maio de 2019

Nota: Para obter a totalidade da informação, nomeadamente a Lista de Freguesias Rurais englobadas para efeitos de atribuição do Estatuto JER, consulte a Portaria n.º143/2019 de 14 de maio / AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

AJAP REALIZA CICLO DE SEMINÁRIOS JOVEM EMPRESÁRIO RURAL

Os jovens, com o devido apoio, podem desenvolver atividades económicas que os fixem à terra e ao Mundo Rural. A agricultura, as atividades que lhe estão diretamente associadas, assim como um complexo abrangente de labores, em que a tecnologia, a inovação nos produtos e serviços, juntamente com a determinação das organizações da sociedade civil, onde a AJAP tem um papel preponderante, são seguramente capazes de mudar o paradigma.

Na sequência da recente aprovação do estatuto de Jovem Empresário Rural, a AJAP, em parceria com a DGADR-Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, a Minha Terra - Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local, e a CNJ – Confederação Nacional dos Jovens Agricultores e do De-

senvolvimento Rural, encontra-se a organizar um Ciclo de Seminários centrado na temática JER- Jovem Empresário Rural.

Portugal carece de um Espaço Rural mais jovem, dinâmico e empreendedor, onde a sustentabilidade, a preservação e melhoria dos recursos, associada a qualidade de vida, são elementos cruciais para uma mudança saudável e com resultados.

Objetiva-se com este Ciclo de Seminários discutir e aprofundar o estatuto de Jovem Empresário Rural, que inequivocamente constitui parte da solução para contrariar a tendência de desertificação das zonas rurais e contribuir para a diversificação das atividades económicas, assim como avaliar o impacto a nível regional e nacional.

Um futuro eficiente exige medidas idóneas e regeneradoras, e o Jovem Empresário Rural pode fazer a diferença num país em que as dicotomias se evidenciam entre o litoral e o interior, contribuindo para o rejuvenescimento, para a dinamização da sociedade local, através de um novo tecido empresarial.

As sessões serão realizadas de norte a sul do país, e Alfândega da Fé vai receber o primeiro encontro, já no mês de junho. A participação de todos, reveste-se da maior importância para o tão necessário rejuvenescimento do tecido empresarial das zonas rurais.

Inscreva-se gratuitamente no site da AJAP: www.ajap.pt



JER - Jovem Empresário Rural

Seminário Jovem Empresário Rural "Cultivar Ideias, Dinamizar o Espaço Rural"

Inscreva-se www.ajap.pt





**CNEMA
SANTARÉM**

FEIRA NACIONAL
DE AGRICULTURA

FNA19

FEIRA
DO RIBATEJO

A VINHA E O VINHO



**8 - 16
JUNHO**